



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE CONDE

Nº 1.366

Conde, 11 de maio de 2018

CRIADO PELA LEI 156/95.

ATOS DO PODER EXECUTIVO

GABINETE DA PREFEITA

DECRETO Nº 0106/2018, Conde, 11 de maio de 2018.

Dispõe sobre a composição e funcionamento dos serviços de Perícia Médica da Prefeitura Municipal de Conde, e dá outras providências.

A **Prefeita Constitucional do Município de CONDE**, Estado da Paraíba no uso de suas atribuições contidas no Art. 60, inciso I da Lei Orgânica do Município, bem como visando dar exequibilidade ao que roga o art. 14 dos Atos das Disposições Transitórias da lei Orgânica do Município,

D E C R E T A:

Art 1º. Os serviços de Perícia Médica da Prefeitura Municipal de Conde, previstos no Art. 14 dos Atos das Disposições Transitórias da Lei Orgânica do Município, alterado pela Emenda à Lei Orgânica nº 001/2012, de 26 de novembro 2012, serão realizados por Junta Médica, composta por três membros titulares e um suplente, designados por ato do Chefe do Poder Executivo.

§ 1º O membro suplente será convocado para assumir a titularidade nas ausências ou nos impedimentos de qualquer dos membros titulares.

§ 2º A Junta Médica será vinculada ao Gabinete do Secretário de Administração, a quem compete prover os meios necessários ao seu regular funcionamento.

Art 2º Compete à Junta Médica:

I – Proceder aos exames clínicos de saúde para efeito de concessão de licenças, aposentadoria por invalidez e benefícios previdenciários por motivo de saúde;

II – Solicitar e Analisar exames médicos para efeito de concessão de licenças, aposentadoria por invalidez, benefícios previdenciários por motivo de saúde e outros procedimentos que entendam necessário;

III – Analisar exames médicos exigidos em lei para ingresso no serviço público;

IV – Apreciar os casos de readaptação e de reversão ao serviço ativo, quando por motivo de saúde;

V – Efetuar perícias para constatação de atividades, operações e locais insalubres, para efeito de concessão de benefícios, conforme laudo pericial (LTCAT) e Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP);

VI - Rever periodicamente os casos de servidores que tenham sido aposentados por invalidez, para efeito de manutenção dos benefícios

previdenciários concedidos pelo Instituto de Previdência e Assistência do Município de Conde – IPAM.

VII – Executar outras atividades relacionadas a seu campo de atuação, quando determinadas pelo Secretário de Administração.

Art 3º. As licenças médicas somente serão válidas se assinadas, pelo menos, por dois membros e os laudos periciais para concessão de benefícios estatutários ou previdenciários por todos os membros da Junta Médica.

Art 4º O servidor ou seu representante legal deverá requerer, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da primeira falta ao serviço, a respectiva inspeção médica, sob pena de não ter abonados as faltas cometidas, salvo os casos de manifesta e justificada impossibilidade.

Parágrafo único. A inspeção médica deverá ser requerida ao superior imediato do servidor ou na falta deste, ao Secretário de Administração.

Art 5º. O servidor impossibilitado de se locomover deverá requerer, por intermédio de seu representante legal, o comparecimento da Junta Médica para submetê-lo a exame no local em que se encontra.

Art 6º A licença dependente de inspeção médica e será concedida pelo prazo estabelecido no respectivo laudo.

Parágrafo único. O pedido de prorrogação da licença deverá ser requerido até 48 (quarenta e oito) horas antes de findo o seu prazo.

Art 7º A Junta Médica deverá submeter o servidor à inspeção de saúde no prazo máximo de 15 (quinze) dias contados da data de recebimento do pedido de solicitação de licença.

Parágrafo único. O resultado da inspeção médica deverá ser entregue ao servidor ou seu representante legal até o décimo quinto dia útil imediato ao de sua realização.

Art 8º O servidor poderá pedir reconsideração de laudo médico que lhe tenha sido desfavorável, desde que fatos ou argumentos novos surjam para justificar o pedido.

Parágrafo único. Em nenhuma hipótese serão aceitos pedidos de revisão ou reconsideração de laudo médico sem apresentação de fatos ou argumentos novos capazes de viabilizar a sua apreciação.

Art 9º A Junta Médica deverá reunir-se quando convocada pelo Secretário de Administração, para apreciação dos pedidos de sua competência, conforme demanda apresentada.

Art 10º O Presidente da Junta Médica despachará diretamente com o Secretário de Administração.

Art 11º Os membros da Junta Médica, que não sejam do quadro permanente do Município, poderão ser contratados por excepcional interesse público na forma da legislação municipal ou por meio de licitação, e terão sua remuneração especificada em contrato.

§ 1º - O membro da Junta Médica, servidor municipal do quadro de carreira, faz jus a uma gratificação, na forma da lei, caso acumule suas



atribuições ordinárias com as atribuições e competências de membro da Junta Médica.

Art 12º Ao Secretário de Administração compete prover os meios de funcionamento regular da Junta Médica, inclusive no que se referir a pessoal, equipamentos e material de expediente.

Art 13º Este ato entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

MARCIA DE FIGUEIREDO LUCENA LIRA

Prefeita